

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/5/2018

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Registro de Presença – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 5.168 a 5.170/2018; Requerimentos n°s 10.840 a 10.846/2018 – Comunicações: Comunicação do deputado Gustavo Santana – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Elismar Prado; Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sintrocél – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do curso de direito da Faculdade Pitágoras de Betim.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.168/2018

Institui o Dia Estadual de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia, a ser comemorado anualmente no dia 12 de maio.

Sala das Reuniões, 4 de maio de 2018.

Deputado Ricardo Faria (PCdoB)

Justificação: A fibromialgia, também denominada síndrome fibromiálgica, é uma síndrome dolorosa reumática multifatorial que provoca um ligeiro aumento da tensão muscular, especialmente durante o seu uso excessivo ou impróprio, e é caracterizada por dores musculares e nos tecidos fibrosos (tendões e ligamentos), de tipo crônico. Milhões de pessoas no mundo todo são acometidas por essa síndrome, que em seu estágio avançado provoca inúmeras limitações ao paciente acometido, que é obrigado a conviver rotineiramente com grandes transtornos físicos, dores intensas e limitações para as atividades corriqueiras do dia a dia, como trabalhar, estudar, dirigir e muitas outras. A doença pode estar associada à atividade laboral, à familiaridade genética, a reações alérgicas ou a um coenvolvimento do sistema imunológico. As principais zonas afetadas pela dor são a coluna vertebral, os ombros, a cintura pélvica, os braços, pulsos e coxas. A dor crônica, que muitas vezes ocorre em intervalos de tempo, está associada a diversos sintomas, sobretudo transtornos de humor e de sono, bem como astenia ou fadiga crônica. Além disso, a falta de resposta a analgésicos comuns e o caráter migrante das dores são características peculiares da fibromialgia.

A escolha do dia 12 de maio se deve ao fato de ser este o dia escolhido pela Organização Mundial de Saúde – OMS – como o Dia Mundial da Fibromialgia. Não é uma data a comemorar, mas é um dia para dar voz e ajudar a chamar a atenção para esse grave problema que pode se tornar um caso de saúde pública se não for feito um trabalho sério de conscientização da população para os cuidados e ações preventivas para o não desenvolvimento da doença. A instituição desse dia também vai contribuir para sensibilizar as autoridades a investirem mais recursos nas pesquisas e tratamentos da doença, especialmente nas redes públicas de saúde.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 683/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.169/2018

Declara de utilidade pública a associação Comissão Organizadora do Encontro Mineiro dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a associação Comissão Organizadora do Encontro Mineiro dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2018.

Deputado Isauro Calais (PMDB)

Justificação: A associação Comissão Organizadora do Encontro Mineiro dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas – EM Público – tem como objetivo capacitar futuros profissionais do setor público e aperfeiçoar os serviços públicos prestados a partir da troca de experiências e conhecimentos. Além disso, o EM Público oferece importante contribuição para o fortalecimento dos debates sobre políticas públicas, eficiência do gasto público, crise de representatividade, direitos humanos, capacidade institucional do estado e formação e qualificação de gestores públicos e, ainda, para a ampliação e o fortalecimento dos debates entre os estudantes, os gestores públicos, os representantes políticos e a sociedade mineira.

Nesse sentido, a referida instituição se apresenta como viabilizadora da interlocução entre discentes, professores, servidores e instituições por meio de encontros, nos quais são destacadas as principais pautas dos acadêmicos para o crescimento e o desenvolvimento da carreira de gestores e administradores públicos, propostas para suprir as necessidades sociais da população e propostas para melhoria da gestão de políticas públicas e recursos públicos. A associação considera que a melhoria na prestação dos serviços públicos e o aumento da eficiência pública serão efetivados com uma gestão cada vez mais profissionalizada e responsável, apta a lidar com as especificidades de cada realidade. A partir dessa convicção, a entidade assume a missão de se tornar cada vez mais útil e eficaz, levando os valores do *ethos* público e do republicanismo ao máximo de gestores e políticos atuantes nas diversas esferas da administração pública mineira.

Pelos motivos expostos, submeto à apreciação dos nobres pares essa proposta, para cuja aprovação solicito o seu precioso apoio.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.170/2018

“Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras”.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Conscientização sobre as Doenças Raras, a ser comemorado no dia 29 de fevereiro.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2018.

Deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PSD).

Justificação: Esta Proposição institui o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras, a ser comemorado no dia 29 de fevereiro.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, é considerada uma doença rara aquela que atinge até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Genética Médica, cerca de 13 milhões de brasileiros possuem algum tipo de doença rara.

Nesse contexto, os pacientes chegam a passar por até 10 médicos diferentes para alcançar o diagnóstico correto, diante da existência de mais de 7 mil tipos de doenças raras já identificadas pela ciência.

Com a presente iniciativa temos o propósito de nos associarmos aos esforços para que os pacientes obtenham o apoio necessário e o atendimento ideal para superação dos entraves existentes, especialmente de ordem burocrática.

Nesse particular, há muito o que ser feito, especialmente para garantir o direito a medicamentos e o acesso a avanços científicos de forma ágil.

Isso porque os pacientes, regra geral, enfrentam enorme dificuldade em obter rápido acesso aos medicamentos específicos para o tratamento de doenças raras. Quando conseguem, muitas vezes o tratamento é descontinuado, forçando a busca do Poder Judiciário para assegurar esse direito.

Assim, acreditamos que o estabelecimento do Dia Estadual de Conscientização das Doenças Raras servirá como ocasião especial para propiciar acesso rápido e contínuo dos pacientes de doenças raras aos medicamentos, em homenagem ao princípio da dignidade humana e ao preceito constitucional que diz ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.840/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência, em 7/5/2018, em Bocaiuva, que resultou na apreensão de uma submetralhadora. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.841/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas a agilizar a conclusão da rampa de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na Escola Estadual Henrique Pereira Santiago, no Município de São Tiago.

Nº 10.842/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a regularidade no envio de recursos destinados à merenda escolar para a Escola Estadual Henrique Pereira Santiago, no Município de São Tiago. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.843/2018, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Universidade Federal de Uberlândia – UFU – pelos 40 anos de sua fundação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.844/2018, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com Breno Gomes Oliveira por sua trajetória vitoriosa no judô, iniciada aos seis anos de idade em Itajubá, com a conquista de medalhas pela participação em variados campeonatos em Minas Gerais, e pela conquista do Campeonato Nacional de Judô 2017, realizado em Bom Jesus de Itabapoana (RJ). (– À Comissão de Esporte.)

Nº 10.845/2018, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maysa Pinto Ribeiro, aluna do 8º ano da Escola Estadual Professor Souza Nilo, de Itanhandu, por sua classificação em terceiro lugar na etapa estadual do 47º Concurso Internacional de Redação de Cartas para Jovens no Brasil, com o diretor João Carlos de Assis e toda sua equipe e com a professora responsável, Magali Silva de Assis. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.846/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 8/5/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de cerca de 80kg de maconha e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Gustavo Santana.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, gostaria de informar a V. Exa. e aos colegas deputados e deputadas desta Casa que está aqui, na antessala do Plenário, o prefeito de Pedro Leopoldo, Cristiano Marião, e o seu vice-prefeito, que vieram fazer um apelo ao conjunto dos deputados, aproveitando que o deputado Durval Ângelo, líder do governo, e o líder da oposição também estão aqui, para que possam impedir essa, diria, loucura do governo do Estado de querer implantar, deputado João Leite, um pedágio na Rodovia MG-424. Faço questão de fazer uma leitura, presidente: (– Lê:–) “Pedágio em estrada pronta. Todos contra o pedágio! Governo de Minas, que vergonha! O governo do Estado de Minas Gerais quer privatizar a Rodovia MG-424, que liga Pedro Leopoldo a Belo Horizonte. A medida levaria à instalação de praças de pedágio na rodovia, sendo uma delas no trecho entre Pedro Leopoldo e a capital mineira, Belo Horizonte. Para fazer o trajeto de ida e volta a BH pela rodovia, o motorista que partir de Pedro Leopoldo terá de pagar mais de R\$8,00. Em termos proporcionais, esse é o pedágio mais caro do Brasil. É bom lembrar que, embora a concessão preveja melhorias em Matozinhos e Prudente de Moraes, a pista entre Pedro Leopoldo e Belo Horizonte está pronta”. Olhe, Sr. Presidente, num momento em que o governo do Estado, deputado João Vítor Xavier, já aumentou os impostos de mais de 180 produtos, aumentou de 12% para 18% a alíquota do ICMS, aumentou a alíquota do ICMS do álcool e da gasolina, aumentou também a energia elétrica, não satisfeito, ele quer agora criar um pedágio vergonhoso. Quem conhece o trecho de Belo Horizonte a Pedro Leopoldo sabe, deputado João Vítor, que não chega a 40km. Mesmo assim o governo de Fernando Pimentel, do PT, quer impor goela abaixo mais um tributo àquela região. Não vai afetar apenas Pedro Leopoldo, mas também Prudente de Moraes e outras cidades que ali se encontram. Colocar uma praça de pedágio entre Pedro Leopoldo e Belo Horizonte é sacrificar demais o cidadão, que já não aguenta a carga tributária tão alta aqui, em Minas Gerais, em todas as áreas. O governo deve demonstrar, deputado João Leite, mais competência na gestão pública. Infelizmente, deputado João Leite, aqueles que trabalham em Belo Horizonte, a maioria da população de Prudente de Moraes, de Pedro Leopoldo e de Matozinhos, vão ter de arcar com um custo ainda maior. Além de ter aumentado a alíquota do ICMS do combustível que o cidadão paga para sair de Pedro Leopoldo e Matozinhos para Belo Horizonte, agora o governo do Estado está querendo implantar mais esse pedágio. Parabéns ao prefeito Cristiano Marião e a seu vice, aos vereadores, aos prefeitos de Matozinhos e Prudente de Moraes e a toda aquela região que está mobilizada para impedir isso. Se for necessário, eu e o deputado João Leite já nos colocamos à disposição, vamos protocolar uma representação junto ao Ministério Público estadual, provocando essa instituição para que possa promover uma ação civil pública. Não é possível um governo no fim de carreira, um governo que vem, cada vez mais, derretendo Minas Gerais, que já demonstrou que não tem competência nenhuma para administrar o Estado, agora querer impor mais um pedágio goela abaixo à população daquela região. “Não” ao pedágio em Pedro Leopoldo! “Não” ao pedágio em Pedro Leopoldo! Prefeito Cristiano Marião, conte com este deputado e o deputado João Leite, que estaremos ao seu lado e ao lado de toda a população. Tenha na nossa pessoa, na minha e na do deputado João Leite, dois aliados para provocar o Ministério Público e cobrar dele e da Defensoria Pública, porque o cidadão não pode ser mais penalizado do que já é, presidente.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, o assunto é o mesmo abordado pelo deputado Sargento Rodrigues. Para não atrasar a lista dos oradores inscritos, quero apenas cumprimentar as autoridades aqui presentes, o prefeito e o vice-prefeito de Pedro Leopoldo e os prefeitos de Confins e São Joaquim de Bicas, com quem estive na parte da manhã. Coloco-me à disposição por uma simples razão: todas essas cidades, deputado Dalmo, estão conurbadas. As cidades do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte não têm divisão, já estão completamente ligadas. Colocar um pedágio na MG-424, em São Joaquim de Bicas, é punir as pessoas que passam por ali diversas vezes ao longo do dia, seja para buscar e levar criança na escola, seja para ir ao trabalho e voltar dele, seja para utilizar a assistência à saúde, porque essas cidades precisam do sistema de saúde de Belo Horizonte. Não há por que instalar pedágio numa rodovia que fica próxima a um conjunto de municípios conurbados. Por esse motivo, presidente, sou contrário a esse pedágio, assim como o é todo o bloco de oposição. Falo em nome do deputado João Vítor Xavier, que é majoritário em São Joaquim de Bicas e em outros municípios da região – aliás, é São José da Lapa. Desculpe-me! Já falei de São Joaquim de Bicas duas vezes. Que o prefeito de São José da Lapa me perdoe! Portanto, deputado Dalmo, o nosso bloco de oposição é contrário ao pedágio na MG-424. Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta é uma semana muito especial para a nossa Região Sul. No dia 7 foi o aniversário de Pedralva, e fizemos questão de enfatizar o nosso trabalho, a nossa parceria e as nossas inúmeras conquistas a favor da cidade. No próximo domingo, vamos comemorar os 221 anos de povoamento, os 146 anos de elevação à cidade e, por fim, a data mais simbólica referente aos 168 de emancipação político-administrativa da nossa querida Cristina, administrada pelo amigo leal e companheiro Ricardo e pelo seu vice Valtinho. A cidade tem o maior polo de EPI do nosso país, setor que gera quase 5 mil empregos. O Valtinho, vice-prefeito, representa esse segmento. Cristina também é considerada a cidade que tem o melhor café do mundo. Na última semana de maio acontece o Festival Café com Música, ocasião em que os músicos saem tocando e cantando pela cidade, que se prepara para servir os visitantes. É uma grande semana. No próximo domingo, ao lado do Ricardo e do Valtinho – aproveito para saudar a câmara dos vereadores – faremos a entrega de inúmeros benefícios e conquistas para a cidade. Quero, portanto, saudar o prefeito Ricardo e toda a sua equipe dizendo que fazem um trabalho maravilhoso. É quase uma reconstrução, uma reorganização do Poder Executivo, o que dá à cidade condições de crescer na sua produção de EPI. Ele também olha com muito carinho e responsabilidade para a zona rural, que tem distâncias enormes e sempre precisou de um prefeito que olhasse com atenção para o escoamento da produção e o favorecimento da água tratada, que era uma carência enorme. A reconstrução de Cristina é feita pelas mãos de um homem que tive o prazer de acompanhar de perto. Ele foi nosso servidor por mais de dois anos aqui na Assembleia e nos trazia solicitações e debates. Hoje vem a Belo Horizonte pautar conosco a situação de Cristina. E hoje, no seu segundo mandato, no segundo ano de governo, ele oferecerá a Cristina inúmeras oportunidades de ver uma avaliação perfeita – e comprovaram essa avaliação – do seu governo. Eu quero aqui dizer a todos os cristinenses, àqueles que tiveram o prazer, a honra de nascer em Cristina, que é a cidade imperatriz, àqueles que foram para Cristina para lá criarem a sua família e àqueles que foram adotados como filhos dessa terra que vamos nos unir, no próximo final de semana, para comemorar os 168 anos de emancipação política e administrativa da nossa querida Cristina. Parabéns, prefeito Ricardo. Parabéns, vice-prefeito Valtinho, por essa administração, que a gente tem o prazer e o orgulho de compartilhar, não somente nessa época das festas, mas com o trabalho constante, persistente em favor de Cristina. Parabéns a todos por mais um aniversário de emancipação política e administrativa de Cristina.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado. Da mesma forma como foi produzido inicialmente pelo deputado Sargento Rodrigues e pelo nosso líder Gustavo Valadares, também quero me unir à comitiva que hoje está percorrendo todos os nossos gabinetes em Pedro Leopoldo, liderados pelos prefeitos e vereadores da região, manifestando essa preocupação em relação ao pedágio. Podemos ter uma conversa franca e sabemos perfeitamente que a instalação do pedágio agora inviabilizará muito toda a região. Nós sabemos da necessidade hoje de boas rodovias, mas também não podemos sacrificar as pessoas, aqueles que vão trabalhar, aqueles que têm a sua atividade no dia a dia. É uma distância muito curta, menos de 45km. E hoje está sendo iniciado o

projeto através do edital que está sendo preparado pela Setop, com vencimento no dia 5. Eu quero manifestar a minha solidariedade a todos que estão percorrendo a região. Já houve aqui uma audiência pública promovida pelos deputados Sargento Rodrigues e João Leite. Quero me manifestar também, solidarizando nessa empreitada, fazendo com que possamos ter condições de remover esse pensamento do governo em relação à instalação dessa praça de pedágio. Então fica aqui o meu apoio total a essa caminhada importante para o não pedágio em nossa rodovia. Quero também me manifestar parabenizando toda a nossa região Sul de Minas. Trabalhamos muito para a instalação do Circuito das Malhas do Sul de Minas, onde temos Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino e Borda da Mata. Hoje está em exposição mais uma feira de malhas em Belo Horizonte. É um trabalho que está sendo promovido pelos fabricantes de malhas, liderado pelo caríssimo amigo Toninho Raffaelli, Zé da Nica Nica e tantos empresários, que mais uma vez estão aqui em Belo Horizonte, com mais de 100 empresários do setor têxtil de modas. Então, eu quero, mais uma vez, manifestar a nossa satisfação de receber todos os empresários e todos aqueles que se dedicam ao ramo de malhas. Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino e toda a região já constituem a capital das malhas. Quero desejar a todos os empresários que se encontram aqui em Belo Horizonte uma grande feira, que vai até domingo. E convidar também todos os nossos deputados, deputadas e nossos assessores para visitarem hoje a moda do setor têxtil e do tricô, no Expominas, que ocorrerá até domingo. É uma feira tão importante, que está sendo muito visitada por todos daqui de Belo Horizonte e de todo o Estado. O meu abraço e sucesso a todos. Obrigado.

O deputado João Leite – Muito obrigado, presidente deputado Lafayette de Andrada. Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Quero agradecer aos deputados que também estão assinando e agradecer especialmente ao Prof. Sabino Fleury, que elaborou uma Proposta de Emenda Constitucional, justamente para protegermos o trabalhador e a trabalhadora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Quero agradecer aos deputados Elismar Prado e João Vítor Xavier e a todos os deputados, que também assinaram. Nós estamos então propondo alteração do art. 46, § 3º da Constituição do Estado de Minas Gerais. Ele passaria a vigorar da seguinte forma: “Autorizar a instalação de praça de pedágio situada dentro dos limites da região metropolitana, instalada em rodovia estadual administrada diretamente pelo Estado ou indiretamente, por meio de concessão ou de qualquer outra modalidade de transferência para terceiros da responsabilidade pela sua administração”. Portanto, estamos transferindo a decisão aos conselhos deliberativos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, de Ipatinga, de Juiz de Fora, de Uberlândia ou, quando constituídas, de Montes Claros, de Varginha, no Sul de Minas, de Pouso Alegre, etc. Quer dizer, constituída a região metropolitana, a praça de pedágio só poderá ser criada com autorização da maioria do conselho deliberativo da região metropolitana, em que, aliás, a Assembleia Legislativa tem assento. Por que isso é importante? Lembrando que já ouvimos aqui a argumentação de vários deputados, a tentativa do governo do Estado de impor à população de Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Capim Branco e Matozinhos um pedágio numa estrada já duplicada é, sem dúvida, um desastre total. A maioria da população de Pedro Leopoldo trabalha no entorno da cidade ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte, não dentro do município. Além do mais, esta Casa, deputado Lafayette de Andrada, votou o Pró-Confins. Todos nesta Casa aprovamos, dentro do Programa Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o projeto para a plataforma da região metropolitana, e gastaram-se R\$10.000.000,00 num planejamento metropolitano que em momento algum fala em praça de pedágio na MG-424. Este governo, então, está querendo criar, açodadamente, um pedágio na região metropolitana. Quanto isso vai custar, por exemplo, ao trabalhador que mora em Belo Horizonte e trabalha em uma empresa em Pedro Leopoldo ou em São José da Lapa? Serão R\$4,00 para ir e mais R\$4,00 para voltar. No mês, quanto esse trabalhador ou essa trabalhadora dispensará com o pedágio para essas empresas? O mais grave é que tudo isso não é para duplicar toda a MG-424 até Sete Lagoas. Ao contrário, será para uma arrumadinha, para um puxadinho da estrada que não resolve absolutamente nada. Então, com essa iniciativa para a qual peço o apoio de todos os deputados e deputadas, queremos impedir que essas empresas possam, de alguma forma, com a concessão dada pelo governo do Estado, impor ao trabalhador e à trabalhadora mais esse custo. Este governo, que amentou a energia elétrica, os combustíveis e diversos impostos, inclusive de material de construção, quer agora impor à população da região metropolitana o pagamento de pedágio para trabalhar. É um escândalo! Aproveito para parabenizar a população de Pedro Leopoldo, que se mobilizou. O Gilmar Neves e diversos outros cidadãos de Pedro Leopoldo foram para a estrada, sem bater em ninguém, sem machucar ninguém e

sem atrapalhar o trânsito, e se manifestaram contra esse ato absurdo do governo do PT de querer impor ao trabalhador e à trabalhadora de Minas Gerais mais esse custo. Então, peço o apoio dos colegas a essa proposta de emenda à Constituição que impede a construção de praça de pedágio nas regiões metropolitanas. Muito obrigado, presidente.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, quero fazer coro com a fala dos colegas que me antecederam. Essa causa já me trouxe algumas vezes à tribuna e tenho discutido a questão há alguns dias. Também já tive a oportunidade de ir a Pedro Leopoldo, a São José da Lapa, a Vespasiano e a Matozinhos e me reunir com companheiros da região. Tenho conversado diariamente com companheiros políticos e pessoas da sociedade civil organizada, todos muito preocupados com essa questão. Estamos falando, presidente, de cidades conurbadas, que dependem uma da outra. Não se sabe onde termina uma cidade e começa outra. Há cidadão que mora numa cidade e precisa de um serviço de saúde na cidade ao lado; que trabalha numa cidade e vai fazer compra no supermercado na cidade que está ali próximo, 5km, 10km. Todas essas cidades são assim. Convido quem está fazendo esse projeto para passar quatro dias, cinco dias para visitar São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Capim Branco, Matozinhos e perceber a interdependência de todas essas cidades. De um lado da rodovia é uma cidade, do outro lado da rodovia é outra cidade. O pai sai, pela manhã, de sua casa, em Vespasiano, deixa o filho, às vezes, numa escola em Pedro Leopoldo e vai trabalhar em Matozinhos ou em Sete Lagoas. Isso é normal, isso é comum na região. São cidades muito próximas e que dependem umas das outras. Não é justo, não é correto com o trabalhador e com a população dessa cidade. Já ouvi colegas dizendo a respeito da MG-050. Não estou na política para defender o erro, estou na política para defender o acerto. Não me interessa se no passado cometeram esse erro – considero um erro –, mas não acho certo que isso seja repetido agora, penalizando outras cidades, penalizando outra região, penalizando outra população. Não dá para aceitar que isso aconteça. Quero dizer que estou do lado da população de Vespasiano. Já conversei com a prefeita Ilce Rocha sobre o caso. Já recebi os vereadores Gedeon e Fernando Lagartixa, de São José da Lapa. Estive com o vereador Vinícius, de Matozinhos. Estão aqui na Casa, no momento, o prefeito Marião e o seu vice-prefeito, o vereador Louro, o vereador Paulinho da Farmácia, representantes da cidade de Pedro Leopoldo. É importante que a sociedade civil se organize e mostre a sua insatisfação. Não dá para continuarmos com esse modelo em que a população paga para morrer. Primeiro você paga o pedágio, depois vem a promessa de arrumar a estrada. Se fosse uma estrada de primeiro mundo, totalmente arrumada, totalmente acertada, é uma coisa, agora, estamos falando de uma estrada em péssimo estado de conservação. Vamos passar dentro de Matozinhos para ver o que está acontecendo. Você perde a conta de quantos buracos há em 3km para atravessar Matozinhos. Não há motivos para se colocar esse pedágio. É só mais uma maneira que o governo arruma para arrecadar. Tenho colocado aqui, de maneira sistemática, a minha posição, que vem do governo passado, do qual fui base: não dá para continuarmos colocando a falta de competência do Estado, do serviço público, do País, dessa máquina inchada que nós temos chamado Estado Brasileiro, no bolso do cidadão, porque ele já não aguenta mais pagar tanto imposto. Ninguém aguenta mais tirar o pão de casa para pagar conta e para pagar imposto para o Estado. É assim no combustível. É assim na energia elétrica. É assim nos transportes também. Estão aumentando, agora, o preço da passagem do metrô de Belo Horizonte, de maneira arbitrária, injustificável, inaceitável, como foi inaceitável o aumento do combustível no ano passado, em que votei contra nesta Casa, mas que infelizmente foi aprovado. Não dá para continuarmos compactuando com o Estado inchado. Quando falo Estado, estou falando de prefeituras, de governo do Estado, de Minas e de vários outros estados do País e da União. São grandes cabides de empregos, grandes espaços de privilégio e de mordomia para poucos, enquanto há cidadão que acorda às 5 da manhã, em Vespasiano, para trabalhar na Ical, em São José da Lapa, ou para trabalhar em Pedro Leopoldo. Eles vão ter de tirar mais dinheiro do bolso para pagar pedágio. Não dá para conviver mais com esse tipo de Estado. Esse não é o Estado que queremos para nós.

O deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem. Apresento um requerimento para que seja tornada sem efeito a votação dos requerimentos que aconteceu na 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Primeiro, porque os requerimentos foram votados sem a substituição, na hora da votação; e, segundo, porque estava fora do horário previsto no Regimento, que deveria ser antes ou depois da audiência. Houve uma audiência, depois fizeram. Então, como não houve

essa substituição que é prevista no Regimento, estou pedindo para tornar sem efeito os requerimentos aprovados na 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública.

O presidente – A presidência recebe o requerimento de questão de ordem levantada pelo deputado Paulo Guedes e, oportunamente, dará a resposta.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, sobre a questão do pedágio aqui trazida, só gostaria de dizer que os projetos da concessão dessa rodovia foram elaborados há sete, oito anos atrás. Foi no projeto das PPPs do governo Aécio Neves e na transição para o governo Anastasia. Foram esses estudos que embasaram a discussão da colocação dos pedágios. Houve audiências públicas. Nas audiências públicas que aconteceram, foi aprovada a continuidade do projeto. Elas foram realizadas neste governo, mas os projetos são anteriores. Então acho que, se há uma discussão, uma polêmica, o governo está aberto a conversar, está aberto a discutir – falo aqui como líder do governo. Na política, o diálogo tem que ser perseguido constantemente. Diferentemente do que aconteceu na MG-050. Todo mundo aqui discutiu muito isso, apesar de não ser algo que estava na alçada da Assembleia Legislativa. É interessante o princípio da courbanização, que não foi levantado aqui. Ninguém apresentou PEC quando da polêmica de Mateus Leme, de Itaúna, de Divinópolis, e de todas as outras cidades do Sul de Minas. Sem contar que a empresa, se não me engano, Nascentes, que fez o processo da concessão no governo anterior, cobra um dos maiores pedágios. E a mesma discussão houve na época. Pedágios próximos de cidades, e o governo se negou a discutir. O deputado Cássio Soares tem aqui discutido muito que a rodovia, no seu maior trecho, é de pista única. Nem é questão da duplicação. E o deputado Cássio Soares é o que mais tem cobrado que nem os trevos das cidades e as duplicações das grandes cidades foram levados em conta. Ele traz sempre aqui o problema da cidade de Passos. Então acho que é aquela velha máxima que nos traz o conto de Machado de Assis: mudou o Natal ou mudei eu? Mas o que quero dizer é que o governo Pimentel está aberto a conversar, a dialogar. Acho que, como podem observar no processo licitatório, os estudos são todos anteriores. São estudos antigos do governo anterior. Se há erro, ele tem que ser corrigido. Acho que essa que é a compreensão, que é o diálogo. Mas temos que trazer aqui a questão da MG-050. Onde está o trevo de Passos por que tanto tem clamado o deputado Cássio Soares? Onde está a duplicação em alguns trechos próximos às grandes cidades? E por que colocaram praças de pedágio nos limites urbanos de cidades? Então acho que, na realidade, muitas vezes o período eleitoral – como diz o velho adágio popular, à noite todos os gatos são pardos – ofusca a reflexão, impede alguma compreensão. Acho que, se há erro, não vamos repetir – o deputado João Vítor Xavier falou muito bem. Antecipei para ele a MG-050, foi por isso que ele fez a citação. Então não vamos repetir os erros da MG-050. A concessão da MG-050 é um absurdo, os altos pedágios que se pagam lá, a situação das cidades. Então acho que tem de reabrir a discussão e analisar. E o povo de Pedro Leopoldo? Não sei por que não fui a nenhuma das audiências públicas. Pergunto porque não teve uma presença significativa nas audiências públicas para reprovar a questão do edital da licitação, que é obrigatória. A Agência Nacional de Transporte Terrestre exige isso, mas não houve posições contrárias que fossem significativas ou que fossem maioria nas audiências públicas.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, primeiramente acho que precisamos colocar os pingos nos is. O projeto de recuperação dessa rodovia realmente é do governo anterior, mas o pedágio é deste governo. Aqui é região metropolitana, uma região onde o movimento dessa rodovia é muito maior, sem contar que por ali, de manhã, o seu pessoal vem para Belo Horizonte. Então, na realidade, é mais uma forma de enfiar a mão no bolso do trabalhador, muito diferente da MG-050, que sempre questionei e da qual também fui crítico em muitos momentos – e continuo sendo até hoje. Porém, não podemos misturar as coisas. Deputado Durval Ângelo, quando se construiu aquela parceria, a primeira empresa, a Equipav, veio de uma licitação pública, em que ganha aquela que oferece o melhor preço. Veio uma empresa muito ruim, jogou o preço para baixo e não deu o resultado previsto, tanto é que a empresa saiu. A estrada não era duplicada, não tinha nada. Essa é a realidade. Mas essa outra estrada é duplicada, o que facilita. Quer dizer, o governo quer entrar com a mão grande para buscar o pedágio do pessoal. Depois tirou a Equipav e veio uma outra empresa, a Bertin. Ou seja, continuamos cobrando. Até houve evoluções, deputado Durval Ângelo, mas continuamos tendo problemas. Denunciamos. Daí, a empresa passou para uma outra empresa italiana, de altíssimo nível, que tem muitas concessões na

Itália, e que veio para o Brasil, se associou e entrou na MG-050. Hoje é outro nível. Mas o que me assusta mais, deputado João Leite, sabe o que é? A empresa Atlântida, italiana, veio para o Brasil e pegou essa concessão. Trata-se de uma empresa com capital e que tem nome e confiabilidade, inclusive fora do Brasil. E aí, através dos fundos, ela conseguiu mais de R\$1.000.000.000,00 para investir na MG-050, deputado Gilberto Abramo. Você sabe por que ela não investiu até uns seis, oito meses atrás? Porque o governo Pimentel, assim que entrou, começou, como vocês conhecem bem o estilo dele... Tem um ditado popular na roça, que não vou falar aqui porque é pejorativo, mas a verdade é que ele não desocupa a moita, não faz e nem deixa o outro fazer. Resultado: cobramos do secretário Murilo Valadares, que nos falou assim: “Não, esse negócio aí é um casamento que vai virar um divórcio. Essa empresa Nascentes com o governo do Estado são um casamento que vai se transformar em divórcio”. Aí falei assim: não tem problema. Se as partes não combinam, se divorciam. Vamos trabalhar, vamos investir na rodovia. Mas não, nem divorciavam e nem se uniam. Foram quase três anos assim e foi o povo que pagou a conta. Depois que o governo viu que ele estava errado e que a empresa era boa, foi que acertaram novos projetos. A fala agora é esta: “Não, é porque não foi feito ainda o trevo de Passos”. Ora, não foi feito o trevo de Passos porque o deputado federal Carlos Melles não concordou com o projeto que estava previsto. Era um projeto ruim, e o projeto de Passos tinha de ser melhor. Antes era um projeto muito amador, ia continuar tendo acidentes. E aí, o deputado, na época secretário de obras do governo Anastasia, não aceitou o projeto, mandou mudá-lo e hoje está fazendo uma obra lá de altíssimo nível, tanto é que já foi feito entre São José da Barra, em direção à Alpinópolis e Furnas, e também em Itau de Minas um trevo de altíssimo nível. Na realidade, só não se investiu mais na MG-050 – em três anos, R\$1.000.000.000,00 – porque o Sr. Pimentel, por meio do secretário Murilo Valadares, ficou catimbando, enrolando e falando que era um casamento que iria virar divórcio. Ele percebeu a besteira que fez, e agora a coisa está andando. Portanto, não vamos misturar as bolas, é muito diferente. O que o Pimentel quer, nessa cobrança de pedágio, é enfiar a mão grande no bolso do trabalhador. Muito obrigado.

Oradores Inscritos

– O deputado Elismar Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Elismar Prado – Sr. Presidente, verificando que todos já falaram por meio da questão de ordem e a ausência de quórum, solicito a V. Exa. o encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 10, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2018

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva e Cabo Júlio (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, via Fale com as Comissões: do Sr. Sebastião Egídio Furtado, servidor público estadual, na qual solicita a implantação de uma unidade regional do Ipsemg na cidade de João Pinheiro; da Sra. Luciana Teixeira de Sousa, na qual solicita abertura de investigação sobre irregularidades na administração

pública municipal de Dores do Indaiá; de cidadão, na qual relata que a decisão do Ministério Público de extinguir 825 cargos efetivos para posterior criação de 800 cargos em comissão viola diretamente o disposto no *caput* do art. 37 da Carta Magna; de servidora do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, na qual relata que o direito de compensação por meio de crédito no banco de horas, com acréscimo de 50% sobre a duração do trabalho após viagens a trabalho realizadas durante fins de semana não tem sido resguardado ; da Sra. Yara Valle, na qual relata que a aposentadoria de seu pai está sendo paga com atraso e de forma parcelada; do Sr. Marco Aurélio Esteves Vasconcellos, na qual solicita esclarecimentos sobre a distinção entre divisão administrativa e divisão judiciária do Estado de Minas Gerais; de morador da cidade de Aiuruoca, na qual reclama que a remuneração mensal recebida pelos deputados estaduais está muito elevada; de morador da cidade de São Joaquim de Bicas, na qual reclama que os vereadores do município não prestam os serviços de forma adequada, tendo em vista que não há remédio nas farmácias, os bairros estão abandonados, não tem ônibus; do sr. Haliston Manoel de Almeida, na qual reclama sobre a prestação de serviço na Junta Comercial; do Sr. Justus, morador de Três Corações, na qual relata que a Casa de Saúde Santa Fé não está sendo adequadamente gerida; da Sra. Ivanise Melo, professora da rede estadual de ensino, na qual reclama sobre a decisão do governo de pagar o 13º salário dos militares e anunciar não ter nem ao menos previsão para o pagamento do restante do funcionalismo; do Sr. José Mário da Silva, na qual informa que o projeto de lei que versa sobre o IPTU em Contagem foi arquivado pelo presidente da Câmara dos Vereadores; do Sr. Renan de Souza Moraes, na qual relata que regime de contratação do Município de São Lourenço é celetista e não poderia, nos editais de concurso, exigir aptidão em teste de personalidade; da Sra. Claudete Aparecida Alves, servidora da educação, na qual relata que, além de não receber o piso nacional relativo a 2016, a categoria tem que conviver com o parcelamento dos salários; do Sr. Samuel Geraldo Arantes Madalena, professor da rede estadual, na qual relata que o governo não cumpre a Lei Federal nº 13.146, de 2015; dos moradores do Residencial das Américas, em Belo Horizonte, que informam que o Estado é proprietário de várias unidades habitacionais desse residencial e que o Estado está em débito com água e condomínio há muitos meses; do Sr. Itamar Oliveira da Silva, na qual relata que a situação de inadimplência do Estado em relação ao Condomínio Residencial das Américas tem trazido prejuízos ao condomínio e aos demais proprietários; e do Sr. Rogério Paulino Coelho, no qual informa que desde novembro de 2017 o Ipsemg não está efetuando pagamentos aos credenciados. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.655/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.798/2018, do deputado João Magalhães, em que requer seja formulado voto de congratulações com a direção, os professores, os servidores administrativos e os alunos da Escola Estadual Maria de Lucca Pinto Coelho pelos 90 anos de sua fundação;

nº 11.799/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a quantidade de vagas abertas para o cargo de investigador de polícia em decorrência de aposentadorias, exonerações, demissões e mortes no período de janeiro de 2014 a março de 2018;

nº 11.806/2018, dos deputados Agostinho Patrus Filho e João Magalhães, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos realizados pela Fundação Renova.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2018.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Dirceu Ribeiro – Cristiano Silveira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2018

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG) e Celinho do Sinttrocel (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir o financiamento do audiovisual em Minas Gerais e as recentes mudanças nos editais da Agência Nacional de Cinema – Ancine. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.744/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.678/2018, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Dagualberto Borges, pela publicação do livro *Álbum histórico das famílias araxaenses*;

nº 11.703/2018, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. José Dias de Souza, conhecido como “Zé Prainha”, pelos 50 anos de exercício da função cultural de radialista em programa de raiz sertaneja na região do Território de Desenvolvimento das Vertentes;

nº 11.766/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre a situação do estudo relativo ao registro do Carnaval a Cavalo do Município de Bonfim como patrimônio cultural imaterial do Estado, entregue em audiência pública desta comissão, em 25/11/15;

nº 11.815/2018, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja formulado manifestação de aplauso ao Lions Clube Lafaiete Alvorada pelos 50 anos de atividade ininterrupta no Município de Conselheiro Lafaiete;

nº 11.819/2018, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado aos Ministérios do Planejamento e de Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de informações acerca de todas as etapas, fases de aprovação, desembolso e execução das obras do PAC Cidades Históricas previstas para a Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no Distrito de Glaura, Município de Ouro Preto;

nº 11.820/2018, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado aos Ministérios do Planejamento e de Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências com vistas à publicação detalhada de todas as etapas, fases de aprovação, desembolso e execução das obras do PAC Cidades Históricas, previstas para a Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no Distrito de Glaura, Município de Ouro Preto.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Fabiana Trindade Machado, coordenadora de Articulação Institucional para Ações de Fomento da Secretaria de Políticas de Financiamento representando o presidente da Ancine, e Luana Melgaço, produtora da Anavilhana Filmes, e os Srs. Gilvan Rodrigues dos Santos, coordenador do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Mineiro – Prodam –, também representando o secretário de Estado de Cultura; Gabriel Portela, secretário adjunto de Cultura de Belo Horizonte representando o secretário; Guilherme Fiuza, escritor, diretor e produtor de cinema; Helvécio Raton, cineasta; Marco Aurélio Ribeiro, diretor-presidente da Associação Curta Minas e membro da Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas; Breno Sérgio Gomide Nogueira, diretor do Sindicato da Indústria do Audiovisual de Minas Gerais – Sindav-MG, membro da Câmara da Indústria do Audiovisual da Fiemg e

conselheiro federal da Brasil Audiovisual Independente – Bravi; Hélio Faria, presidente da Câmara da Indústria Audiovisual do Sistema Fiemg; Adyr Assis D'Assumpção Júnior, ator, diretor, roteirista e produtor de teatro, cinema e televisão, representando a presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated-MG e vice-presidente do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais – Consec-MG; César Piva, diretor executivo da Agência de Desenvolvimento do Polo Audiovisual da Zona da Mata de Minas Gerais; Rafael Neumayr, advogado e presidente da Comissão de Direito do Audiovisual da Moda e da arte na OAB-MG. O presidente, deputado Bosco, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2018.

Bosco, presidente – Elismar Prado – João Leite.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a garantia de direitos dos povos das comunidades tradicionais da região da Serra da Canastra e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2018.

Marília Campos, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 9/5/2018, a seguinte comunicação:

Do deputado Gustavo Santana em que notifica o falecimento do Sr. Sylo da Silva Costa, ex-deputado estadual, ocorrido em 8/5/2018, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

 **MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a Cooperativa dos Instrutores de Formação Profissional e Promoção Social Rural – Coopifor – pelos 20 anos da sua criação e por ser referência no trabalho junto ao setor rural no Estado (Requerimento nº 10.435/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com a Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí – CooperRita – pela eleição dos conselheiros administrativos e fiscais e da Diretoria Executiva para o quadriênio 2018-2021 (Requerimento nº 10.567/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com René Mendes e autores e autoras pelo lançamento do livro *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador* (Requerimento nº 10.640/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de pesar pelo falecimento de Maria Gonçalves Nogueira (Requerimento nº 10.644/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.);

de pesar pelo falecimento de Adriene Andrade, conselheira do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 10.655/2018, do deputado Duarte Bechir);

de pesar pelo falecimento do Sr. Realino Rodrigues de Oliveira (Requerimento nº 10.701/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com Raquel Santiago pelos trabalhos sociais prestados por meio do projeto IDE Gerando Salvação e como pastora da Igreja Mundial do Poder de Deus (Requerimento nº 10.744/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago);

de congratulações com a Rádio River FM pelo seu 20º aniversário (Requerimento nº 10.780/2018, da Comissão de Transporte);

de congratulações com o Sr. Silvério Afonso Júnior, presidente da Associação Comercial, Industrial e de Agronegócios de Manhuaçu – Aciam –, pela realização do 22º Simpósio sobre Cafeicultura das Matas de Minas (Requerimento nº 10.815/2018, da Comissão de Agropecuária).

 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/5/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Josue Alves de Aragão, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

exonerando Jozelia Cardozo de Melo Varella, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Blenda Bastos Silva Pampolini Fonseca, padrão VL-56, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

nomeando Felipe de Queiroz Coutinho, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

nomeando Paulo Rodrigo Pires Cesário, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Thaís Domingos Soares, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas
Melhor;

nomeando Vania Marçal Magalhães Perdigão, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco
Verdade e Coerência.